

# O TRABALHO NA CONCEPÇÃO DE MARX E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

*Polyana Imolesi Silveira*

**RESUMO:** Este artigo trata, fundamentalmente, da precarização do trabalho do docente no ensino superior considerando a reestruturação produtiva no mundo do trabalho que impactou a forma de pensar e de atuar no contexto educacional. Nesse artigo, procuraremos analisar essa precarização do trabalho docente entre os anos de 1994 até 2004. Em um primeiro momento, uma análise da concepção de trabalho na sociedade capitalista com base nas reflexões de Marx e comentadores. Posteriormente, analisaremos como a reestruturação do trabalho produtivo alterou significativamente o trabalho docente em nível superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docente. Educação superior. Trabalho.

**ABSTRACT:** This paper deals, mainly, with precariousness professor work in the high education considering the productive restructuring in the work world which causes a impact in how to thought and how to act in the educational context. In this article, we look for analysing this precariousness professor work between 1994 and 2004. In a first moment, we analyse the definition of capitalist society work based on Marx thoughts and other critics. A last, we analyse how the restructuring productive work change the high education professor work.

**KEYWORD:** Professor. High education. Work.

Nos anos de 70 a 90 do século passado, foi constatada uma crise estrutural do capitalismo, e como resposta a essa crise, intensificaram-se as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais caracterizadas pela reestruturação profunda na sociedade, tendo como base a promoção do processo de reprodução do capital.

Segundo Alves (1998), foi promovida uma ofensiva do capital na tentativa de obter-se uma rearticulação tendo em vista a acumulação por meio de estratégias de reorganização tanto do setor produtivo quanto da organização do trabalho. Assim,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte, - a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ALVES, 2000, p. 31)

No entanto, constata-se que como estratégias, essa articulação impactou significativamente o mundo do trabalho construindo, mesmo que subjetivamente, uma imagem de sociedade e de homem adequada a essa realidade apontada aqui como flexível.

No caso brasileiro, percebemos que a construção do sujeito adequado a essa realidade acontece dentro da escola na educação básica a partir de ensino pelas competências e na busca da individualização dos processos considerando inclusive o “aprender a aprender”, e prossegue no ensino superior.

## **A pesquisa e o contexto metodológico**

Este trabalho localiza-se dentro do debate político tendo em vista que a discussão proposta está relacionada à questão da precarização do trabalho docente no ensino superior, a partir da reestruturação produtiva no mundo do trabalho que impactou desde a forma de pensar, até a atuação do docente no contexto educacional.

Sinaliza também para a mudança nas relações e papéis exercidos que parecem caracterizar-se pela subordinação ao mercado segundo as reorientações e políticas educacionais implementadas que, por sua vez, quer em apresentar uma finalidade educacional voltada ao atendimento das necessidades de formação de um indivíduo flexível, competitivo e adaptável às diversas mudanças introduzidas no contexto da organização produtiva a qual se insere.

Assim, essa pesquisa busca analisar como a reestruturação produtiva no mundo do trabalho impactou e intensificou a precarização do trabalhador docente no ensino superior, principalmente, a partir da expansão desse nível educacional no período de 1994 até o ano de 2004. Por outro lado, pretende-se também apresentar um diagnóstico das mudanças das relações de trabalho nesse nível de ensino, considerando, principalmente, o papel

do intelectual do ensino superior como autônomo no trabalho, para que a situação de subordinação não seja só profissional mas também intelectual.

Percebe-se que as mudanças são profundas e significativas nesse campo de atuação a ponto de o mercado determinar o que deve ser ensinado no ensino superior e também como se ensinar, tendo em vista o tipo de homem que se deseja.

Utiliza-se nesse trabalho da Pesquisa Bibliográfica. Deseja-se, nesse trabalho, buscar a conceituação de trabalho e educação a partir da construção do materialismo histórico dialético nas obras de Marx. (1988 e 1993). A pesquisa de campo faz-se necessária para se verificar, por meio de entrevistas e questionários, bem como análise de documentos, como são estabelecidas as bases das relações de trabalho no ensino superior no que se refere aos aspectos de perfil profissional, escolarização, representação sobre a função docente e percepção dos mesmos sobre o exercício profissional, e também para entender qual o perfil mais adequado de professor que as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas requerem. Para esse objetivo, serão entrevistados coordenadores de cursos e diretores acadêmicos de IES na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais.

### **Trabalho assalariado na sociedade capitalista: significado do trabalho**

Diversos significados são atribuídos ao trabalho. Dentre alguns desses conceitos Braverman afirma que o trabalho não é apoderar-se de materiais da natureza, tais como esta oferece, e sim alterar este estado natural e melhorar sua utilidade, expressando-se também que o que diferencia o homem do animal irracional é que o homem pensa, idealiza e produz, e o resultado provém da imaginação, o que não ocorre com os outros animais. O homem “imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira” (BRAVERMAN, 1987, p. 49).

Castel busca fazer uma distinção entre trabalho regulado e trabalho forçado e parte de dois conceitos que, por sua vez, são na verdade duas principais modalidades da organização de trabalho. A primeira compreende “[...] o conjunto das regulamentações dos ofícios, ao mesmo tempo os ofícios jurados e os ofícios regidos pelas regulamentações municipais” e a segunda corresponde ao uso da coerção, que por sua vez permite a acumulação de riquezas ao mercador e a dependência do produtor para com aquele, tendo o trabalho livre grandes dificuldades de “construir um lugar para si”. (CASTEL, 1998, p. 170)

[...]

O conceito propriamente dito da palavra trabalho refere-se a todas as formas de esforço humano em qualquer nível de especialização e remuneração, e inclui tanto empregadores quanto empregados. O trabalho é, para o homem, o seu libertador em relação à natureza; seu criador, como ser social e independente.

Neste processo do trabalho, na ação de moldar e mudar a natureza exterior a ele, o homem molda e modifica a si mesmo. O trabalho veste desta forma, aparece como o confronto do homem com a natureza, através do qual este realiza e controla mediante sua própria ação toda a sua produção, a qual é, conscientemente, desejada e determinada, levando sempre em consideração as diversas necessidades humanas.

A questão do trabalho e suas implicações, como também, o estudo das relações que envolvem o capitalismo e a interferência dos aspectos social, econômico e político, interessaram especialmente ao pensamento marxista. Daí a necessidade da referência a esse pensamento durante a abordagem do assunto.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.[...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p. 149).

Assim, surge o trabalhador que hoje abarca um setor muito amplo da população mundial. Em realidade, todo indivíduo que desempenha um trabalho criador, produtivo ou de transformação e que responde minimamente a algumas necessidades humanas é considerado um grupo social fundamental, pois o trabalho é o elemento básico de toda a vida em sociedade.

O conceito de trabalho produtivo, como sendo o fator criador de riqueza, encontra-se intimamente direcionado à condição específica da produtividade, que é determinada pelo modo de produção no qual ela se enquadra: o modo de produção capitalista, que se define, por um sistema de relações de produção constituído pelo trabalho e pelo capital, sob o domínio deste último, e cuja lógica de funcionamento é determinada pela produção da mais-valia.

Para Oliveira, a produção da mais-valia pode ser melhor compreendida, da seguinte maneira:

Marx mostra criticamente que a **mais-valia** é produzida nas organizações pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga em troca o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não pára, trabalha ainda mais. O novo valor que ele vai produzir agora e que passa então ao montante do salário se chama **mais-valia** (1999, p. 34, grifos do original).

A força de trabalho vendida será incorporada ao capital em forma de capital variável, de modo que, por meio do processo da produção, valorize o capital inicial e esse seja incrementado na mais-valia (tempo que o operário gasta na produção de mercadorias, sem receber nada por isso. Ela está inserida na teoria do valor “trabalho”, gerando, assim, lucro para o capitalista). A mais-valia é o motor de todo o processo e todo o interesse do capital está centralizado nela.

O capital, entretanto, não só compra a força de trabalho para explorar a sua capacidade de produção de valor e, assim, obter a mais-valia, mas também pretende conseguir a mais-valia possível. O seu incremento pode ser alcançado de duas formas que coincidem com duas etapas nitidamente distintas no desenvolvimento do capitalismo: o aumento da jornada de trabalho e, portanto, do trabalho excedente (mais-valia absoluta) ou o aumento da produtividade (mais-valia relativa), reduzindo o tempo de trabalho necessário para se pagar o preço da força de trabalho (salário).

O trabalho, nas relações de produção capitalista, gera a mercadoria, pois a força de trabalho é a única “coisa” que, quando vendida, passa a ser muito mais barata, produzindo um capital maior para o proprietário que compra este tipo de trabalho. Este trabalho é a única mercadoria que no seu consumo gera lucro, que no caso, é o próprio salário. Em essência, Marx definia o trabalho produtivo no capitalismo como aquele que produz valor de mercadoria, e, por conseguinte, valor excedente para o capital .

A separação mais ou menos radical entre trabalho manual e intelectual, dentro do processo produtivo global, está ligada ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Mas isso não constitui obstáculo para que as mercadorias sejam o resultado de um processo de trabalho em que entrem sempre elementos manuais e intelectuais.

Nessa ótica, Marx traça a seguinte concepção:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (1998, p.53).

Portanto, tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual baseiam-se na maior ou menor participação das energias físicas ou mentais necessárias à sua execução, acentuando-se esta diferenciação em razão da divisão social do trabalho e vinculando-se, geralmente, um outro tipo de trabalho a determinado grupo social.

A educação, por sua vez, é considerada como um processo de trabalho, visto que o homem, a todo o momento, necessita produzir sua própria existência e, para isso, tem que transformar a natureza, através de seu trabalho, para sobreviver.

Saviani menciona a diferença existente entre “trabalho material” e “trabalho não-material”, situando a educação como “trabalho não-material”, afirmando que:

[...] o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a conseqüente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica “trabalho material”. Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em idéias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem à perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não-material”. Trata-se aqui da produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação se situa nessa categoria do trabalho não-material. (2005, p.16).

Opinando também a respeito da produção não-material, Saviani apresenta duas modalidades e prossegue:

A primeira refere-se àquelas atividades em que o produto se separa do produtor como no caso dos livros e objetos artísticos. Há, pois, nesse caso, um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção. A segunda diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção. Nesse caso, não ocorre o intervalo antes observado; o ato de produção e o ato de consumo se imbricam. É nessa segunda modalidade do trabalho não-material que se situa a educação [...]. Exemplificando: se a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos). (2005, p.16-17).

Dessa forma, o trabalho do professor inscreve-se no que Marx denomina produção não-material. Ultrapassa a dimensão da apropriação da natureza, do seu conteúdo concreto cumprindo o papel teórico na análise do trabalho produtivo.

Trata-se de um trabalhador situado numa relação social que vende sua força de trabalho na forma de execução/resultado, ou seja, de modo que o produto não seja separável do ato de produção. Ele é um trabalhador assalariado, é um intelectual, um agente pedagógico, que se envolve com a elaboração e a transmissão de um saber.

No entendimento de Gaudêncio Frigotto,

[...] tomando-se a prática escolar como uma prática social cuja função não é a da produção de um saber específico, mas, pelo contrário, de um saber não-específico, geral, que se articula com o desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção em diferentes níveis e mediações, esta prática guarda uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista. (FRIGOTTO, 2006, p. 156).

O professor é considerado trabalhador produtivo porque, ao empregar sua força de trabalho, produz mais-valia, concorrendo para o processo de reprodução e expansão do capital. E esta determinação é fundamental para as possibilidades e limites do seu trabalho.

Assim sendo, o trabalho educativo significa o ato de produzir, em cada ser humano, os elementos culturais necessários que precisam ser assimilados pelos indivíduos, bem como, a descoberta das formas

adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico por meio da organização dos conteúdos, procedimentos, etc. Isto porque, a escola visa o conhecimento elaborado e sistematizado. É a exigência da apropriação desse conhecimento que torna importante a existência da escola.

Nesta linha de raciocínio, Saviani afirma que: “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (2005, p.11)

Enfim, essa é a compreensão da natureza da educação inserida na estrutura econômico-social capitalista. O vínculo existente entre trabalho e educação vem reforçar ainda mais o papel fundamental do fenômeno educativo, considerando-o como próprio dos seres humanos e, acima de tudo, como sendo o próprio processo de trabalho, pois o homem, ao transformar a natureza, acaba criando um mundo novo, isto é, o mundo da cultura.

## **Reestruturação produtiva e as reformas educacionais**

As reformas educacionais empreendidas nos últimos anos no Brasil e também em diversos países da América Latina têm impacto profundo nos trabalhadores docentes de todos os níveis escolares, no que se refere principalmente à natureza de seus trabalhos.

Os principais aspectos observados relacionam-se à transposição do viés ideológico empresarial para o setor educacional, como processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho. Esses aspectos passam sem dúvida pela questão da desvalorização e desqualificação da força de trabalho, bem como sobre a desprofissionalização e proletarização do magistério, (nesse caso, do magistério de ensino superior). Portanto, questiona-se diante desse aspecto uma situação contraditória, que é o papel da educação e, por outro lado, o colapso das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

Na verdade essa situação reflete apenas a busca desenfreada do capitalismo na permanência do seu *status quo* tendo em vista a evidente crise que se apresenta a partir de quatro aspectos: I. o **padrão de produção de bens**, marco do capitalismo que se caracteriza pela subsunção do trabalho ao capital, a super exploração do trabalho humano, a alienação humana, a produção social dos bens, a apropriação privada, a propriedade privada dos meios de produção, concentração de riquezas



e a tendência à destruição das forças produtivas - trabalho, trabalhador e meio ambiente; II. os padrões de **dominação**, exploração da América Latina, que se constroem historicamente pela colonização ocidental, passando pela emergência dos mercados capitalistas e emancipação de nações à revolução industrial, até a expansão das grandes empresas corporativas nas esferas do comércio, serviços e financeira, caracterizando o imperialismo; III. a caracterização do **imperialismo senil**, que se assenta em seis eixos: a) concentração da produção e do capital que cria monopólios com papéis decisivos na vida econômica; b) fusão de capitais – industrial e bancário formando o capital financeiro de caráter especulativo; c) surgimento e fortalecimento das oligarquias financeiras a partir do capital financeiro; d) exportação de capitais assumindo importância particular; e) formação e fortalecimento da união internacional de capitalistas que partilham o mundo entre si; f) partilha territorial do Globo entre as maiores potências capitalistas; IV. os **ajustes e reformas** necessárias para manutenção da hegemonia do capital, frente a sua tendência de destruição das forças produtivas, a saber: a) reestruturação produtiva do **mundo do trabalho** e da divisão internacional do trabalho; b) os ajustes do **Estado**, do qual o capital prescinde, com a redefinição.

Por tudo isso, reconhecemos que a referência da “realidade atual”, como balizadora das decisões científicas e pedagógicas, deve implicar não apenas o entendimento geral dos efeitos da planetarização do capitalismo, manifestados no aumento dramático, imoral, da miséria da classe trabalhadora, como também, e principalmente, dos seus efeitos concretos nas exigências impostas aos sistemas Educacional, Científico e Tecnológico. Essa consideração inicial apresenta-se como resultado da primeira análise do objeto de pesquisa delineado.

## Referências

ALVES, Giovani. *Reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo no Brasil*. Tese de (Doutorado em Filosofia).- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998UNICAMP, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAVERMAM, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. v. 1, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural,(Livro Primeiro), tomo 1, 1988 [Série “Os Economistas”].

OLIVEIRA, Silvio Luiz de *Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo*. Campinas: Autores associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Cortez, 2006.

## INFORMAÇÕES AOS COLABORADORES

1. ENSINO EM RE-VISTA aceita para análise Artigos, Relatos de Experiências e Resenhas, relacionados ao ensino nas diferentes áreas do conhecimento da Educação Básica, devidamente revisados pelo(s) autor(es).
2. Os textos serão julgados pelos membros do Conselho Editorial que emitirão parecer quanto a publicação, autorizada com a simples remessa dos originais e sem direito a pagamento de direitos autorais.
3. A revista informará o(s) autor(es) sobre a publicação ou não de seus artigos, sendo que os originais não serão devolvidos.
4. A redação deve primar pela clareza, brevidade e concisão. O material deve vir devidamente revisado pelo autor. Os textos, assinados, são de inteira responsabilidade do autor.
5. A apresentação dos Artigos deverá seguir a NBR 6022 de agosto 1994 da ABNT (Apresentação de Artigos em publicação periódica).
6. Mapas, desenhos, gráficos, tabelas devem ser enviados em folhas separadas, sempre em preto e branco e devidamente numerados em algarismos arábicos conforme a ordem em que devem se inserir no texto, com seus respectivos títulos e escalas (quando for o caso). As fotografias (em duas vias) também devem ser em preto e branco, identificadas a lápis no verso. Devem ser enviadas em papel brilhante. Todo o material ilustrativo deve ser apresentado de tal forma que seja possível sua reprodução fotográfica sem retoques
7. Deverão ser enviadas uma cópia do texto em disquete, três cópias impressas e uma folha de rosto contendo: o título, o(s) nome(s) do(s) autor(es), a atividade profissional, a titulação acadêmica e a instituição do(s) autor(es) e número máximo de 15 páginas. Anexar também o resumo do artigo em Português e em Inglês.
8. A formatação deverá ser em Word for Windows 6.0, em fonte Time New Roman, tamanho 12, com espaçamento duplo.
9. As citações bibliográficas deverão ser de acordo com a NBR 10520 (jul/2001) da ABNT.

### EXEMPLOS

- citação direta: “...” (FREITAS, 2002, p.61)
  - citação indireta: Romanelli (1996, p. 27) consideram...
  - citação de citação: Ausubel (1977, apud SILVEIRA et al, 2002, p. 139) afirma...
  - havendo mais de uma referência do mesmo autor no mesmo ano, usar a, b, c, imediatamente após a data (Freire, 1996b: 132)
  - havendo mais de dois autores, mencionar o primeiro seguido da expressão “et alli”
10. As referências deverão ser de acordo com a NBR 6023 (agos/2000) da ABNT.

## **EXEMPLOS:**

### **Livro:**

CICILLINI, Graça A.; NOGUEIRA, Sandra V. (Org.). *Educação escolar: políticas, saberes e práticas escolares*. Uberlândia: EDUFU, 2002.

### **Artigo:**

BOLDRIN, Leila C. F. *Cultura, Sociedade e Currículo – dimensões sócio-culturais do currículo*. *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 7-25, jul. 1999/jun. 2000.

### **Tese:**

MARQUES, Mara Rúbia A. *Um fino tecido de muitos fios... mudança social e reforma educacional em Minas Gerais*. 2000. 247 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Gestão da Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

O material para publicação deverá ser enviado para:

ENSINO EM RE-VISTA – Faculdade de Educação, Campus Santa Mônica,  
Bloco G, sala 117, Caixa Postal 593, Uberlândia – MG – Brasil, CEP: 38400-902.